

PC RS | DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

Conteúdo Programático

Está vedada a cópia ou a reprodução não autorizada
previamente e por escrito.

© Ceisc. Todos os direitos reservados.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

Conteúdo Programático

Direito Administrativo

- Formação Histórica do Direito Administrativo.
- Sistemas Administrativos.
- Estado: conceito, elementos, organização política.
- Administração Pública: conceito; descentralização e desconcentração; administração direta; órgãos públicos; administração indireta; autarquias, agências reguladoras; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; consórcio público; Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei nº 13.303/2016).
- Relação com o Terceiro Setor.
- Regime Jurídico Administrativo.
- Princípios da Administração Pública, incluindo a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso às Informações).
- Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).
- Fontes e interpretação do Direito Administrativo.
- Poderes Administrativos: conceituação; Poder Porto Alegre, segunda-feira, 13 de outubro de 2025 Diário Oficial Nº 200 100 Vinculado; Poder Discricionário; Poder Hierárquico: Poder Disciplinar; Poder de Autotutela; Poder Regulamentar; Poder de Polícia.
- Ato Administrativo: conceito; elementos; atributos; classificação; espécies; formas de extinção.
- Agente de fato, avocação, delegação, ausência de competência.
- Processo Administrativo: conceito; modalidades; princípios; fases do processo administrativo.
- Licitação: princípios; dispensa; inexigibilidade; modalidades; procedimento; invalidação e revogação; recursos administrativos.
- Lei 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
- Contratos Administrativos: regime jurídico; formalização; duração; alteração; equilíbrio econômico financeiro; penalidades; rescisão; convênios e ajustes congêneres.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

- Serviços Públicos: conceito; diretrizes constitucionais; obra pública; concessão, permissão e autorização; parceria público-privada.
- Lei 13.460/2017 – Direitos dos usuários de serviços públicos.
- Limitações do Estado sobre a Propriedade Privada: noção e finalidade; restrições administrativas em geral; ocupação administrativa; requisição administrativa; servidão administrativa; tombamento; desapropriação.
- Responsabilidade Extracontratual do Estado: evolução; requisitos; causas excludentes da responsabilidade do Estado; responsabilidade por omissão; direito de regresso.
- Controle da Administração Pública: controle interno (autotutela); controle externo realizado pelos Tribunais de Contas; controle externo exercido pelo Ministério Público; controle jurisdicional.
- Servidores Públicos: agentes públicos; classificação dos agentes públicos (cargo, emprego e função pública); normatização constitucional aplicável;
- Lei Complementar nº 10.098/1994 – Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul (provimento e vacância, remoção, redistribuição, direitos e vantagens, deveres, proibições e responsabilidades);
- Lei nº 7.366/1980 (Estatuto dos Servidores da Polícia Civil).
- Lei nº 8.429/1992 – Improbidade Administrativa (com alterações posteriores).
- Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (federal).
- Lei nº 12.016/2009 – Mandado de Segurança.
- Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção (responsabilização de pessoas jurídicas por atos contra a administração).
- Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- Lei Complementar Estadual nº 14.836/2016 – Responsabilidade Fiscal (âmbito estadual).
- Lei nº 14.735/2023 – Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis.
- Jurisprudência consolidada dos tribunais superiores – STF/STJ.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

Conteúdo Programático

Direito Constitucional

- Conceitos de Constituição; noções gerais; perspectivas sociológica, política e jurídica; ciclos constitucionais; classificação das Constituições; divisão do Direito Constitucional; relação do Direito Constitucional com outras disciplinas jurídicas; fontes do Direito Constitucional; evolução histórica das constituições brasileiras; preâmbulo das Constituições.
- Hermenêutica, interpretação e aplicação da Constituição.
- Princípios e regras de interpretação da Constituição.
- Interpretação conforme a Constituição: com redução do texto e sem redução do texto.
- Dinâmica constitucional: recepção, desconstitucionalização e repristinação.
- Mutação constitucional.
- Poder constituinte e mudança constitucional.
- Normas constitucionais, eficácia e aplicabilidade.
- Efetividade e força normativa da Constituição.
- Conflito entre normas constitucionais.
- Normas constitucionais no tempo.
- Poder constituinte originário, decorrente e derivado; fundamentos do poder constituinte.
- Reforma e revisão constitucionais.
- Limitação do poder de revisão.
- Emendas à Constituição.
- Controle de constitucionalidade.
- Evolução no direito comparado e no direito brasileiro.
- Teoria geral do controle de constitucionalidade.
- Formas de inconstitucionalidade e de controle de constitucionalidade.
- Controle difuso e concentrado.
- O Processo de Controle de Normas: Natureza, Espécies, Legitimação e Participação, Procedimentos, a Decisão e seus efeitos.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

- Ações Específicas: Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Declaratória de Constitucionalidade, Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, Representação Interventiva.
- Processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (Lei n. 9.868/1999).
- Processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei n. 9.882/1999).
- Controle de convencionalidade.
- Constituição da República Federativa do Brasil até a Emenda Constitucional nº 135/2024 e Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias.
- Princípios fundamentais.
- Direitos e garantias fundamentais.
- Teoria Geral dos Direitos Fundamentais: histórico, justificativas, características, classificações, gerações, funções, dimensões objetiva e subjetiva, eficácia, conteúdo essencial, suporte fático, concorrência e colisão, titularidade, limitações e restrições, deveres fundamentais.
- Direitos e deveres individuais e coletivos.
- Remédios Constitucionais.
- Instrumentos de garantia dos direitos fundamentais.
- Direitos sociais.
- Nacionalidade.
- Direitos políticos.
- Partidos políticos.
- Divisão Espacial do Poder - Organização do Estado.
- Organização político-administrativa.
- Forma de Estado, Forma de Governo, Sistema de Governo e Regime Político.
- Estado Democrático de Direito.
- Estado federal brasileiro.
- A União.
- Estados federados.
- Municípios.
- O Distrito Federal.
- Territórios Federais.
- Intervenção federal.
- Intervenção dos Estados e nos Municípios.
- Administração pública.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

- Disposições gerais.
- Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos territórios.
- Divisão orgânica do poder - Organização dos poderes no Estado.
- Noções gerais.
- Mecanismos de freios e contrapesos.
- Poder Legislativo.
- Estrutura, funcionamento e atribuições.
- Processo Legislativo.
- Espécies normativas.
- Comissões parlamentares de inquérito.
- Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- Tribunal de Contas.
- Prerrogativas parlamentares.
- Poder Executivo.
- Presidente da República.
- Atribuições, prerrogativas e responsabilidades.
- Ministros de Estado.
- Conselho da República e de Defesa Nacional.
- Poder Judiciário.
- Disposições gerais.
- Órgãos do Poder Judiciário.
- Organização e competências.
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- Funções essenciais à justiça.
- Ministério Público.
- Advocacia Pública.
- Advocacia e Defensoria Pública.
- Defesa do Estado e das instituições democráticas.
- Ordem econômica e financeira.
- Princípios gerais da atividade econômica.
- Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária.
- Ordem social.
- Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.
- Jurisprudência consolidada dos tribunais superiores – STF/STJ.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

Conteúdo Programático

Direito Penal

- Introdução ao Direito Penal.
- Conceito, características e função do direito penal.
- Princípios gerais do direito penal.
- Relações com outros ramos do direito.
- Lei de Introdução ao Código Penal.
- Lei penal no tempo e no espaço.
- Tempo e lugar do crime.
- Contagem de prazo e frações da pena.
- Conflito aparente de normas.
- Teoria geral do crime.
- Classificações das infrações penais.
- Conceituação de crime e seus elementos.
- Iter criminis.
- Bem jurídico.
- Fato típico.
- Conduta.
- Resultado.
- Nexo de causalidade.
- Tipicidade, tipicidade conglobante.
- Princípio da insignificância.
- Teorias do tipo.
- Crime doloso, crime culposo, crimes qualificados pelo resultado.
- Illicitude.
- Culpabilidade.
- Crime consumado e tentativa.
- Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível.
- Teoria da imputação objetiva.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

- Erro de tipo e erro de proibição.
- Concurso de pessoas.
- Teoria geral da pena.
- Funções e fundamentos da pena.
- Penas privativas de liberdade.
- Penas restritivas de direito.
- Pena pecuniária.
- Aplicação da pena.
- Erro na execução e resultado diverso do pretendido.
- Concurso de infrações.
- Suspensão condicional da pena.
- Livramento condicional.
- Efeitos da condenação.
- Reabilitação.
- Medida de segurança.
- Ação penal.
- Extinção da punibilidade.
- Prescrição.
- Jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

Conteúdo Programático

Direito Penal - Parte Especial

- Crimes em espécie.
- Crimes contra a pessoa.
- Crimes contra o patrimônio.
- Crimes contra a propriedade imaterial.
- Crimes contra a organização do trabalho.
- Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.
- Crimes contra a dignidade sexual.
- Crimes contra a família.
- Crimes contra a incolumidade pública.
- Crimes contra a paz pública.
- Crimes contra a fé pública.
- Crimes contra a administração pública.
- Crimes contra o Estado Democrático de Direito.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

Conteúdo Programático

Legislação Penal Especial

- Decreto-Lei nº 3.688/1941, Lei de Contravenções Penais.
- Lei nº 1.079/1950, Crimes de Responsabilidade.
- Lei nº 1.521/1951, Crimes contra a Economia Popular.
- Lei nº 2.889/1956, Genocídio.
- Lei nº 4.737/1965, Código Eleitoral.
- Decreto-Lei nº 201/1967, Crimes de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores.
- Lei nº 6.766/1979 - Parcelamento do Solo Urbano
- Lei nº 7.210/1984, Execução Penal.
- Lei nº 7.492/1986, Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.
- Lei nº 7.716/1989, Crimes Raciais e por Preconceito.
- Lei nº 7.960/1989, Prisão Temporária.
- Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Lei nº 8.072/1990, Crimes Hediondos.
- Lei nº 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor.
- Lei nº 8.137/1990, Crimes Tributários e Econômicos.
- Lei nº 8.176/1991, Crimes contra a Ordem Econômica.
- Lei nº 8.245/1991, Locações de Imóveis Urbanos.
- Lei nº 8.906/1994, Estatuto da OAB.
- Lei nº 9.099/1995, Juizados Especiais Criminais.
- Lei nº 9.279/1996, Propriedade Industrial.
- Lei nº 9.296/1996, Interceptação Telefônica.
- Lei nº 9.434/1997, Transplante de Órgãos.
- Lei nº 9.455/1997, Tortura.
- Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro.
- Lei nº 9.605/1998, Crimes Ambientais.
- Lei nº 9.609/1998, Propriedade Intelectual de Programa de Computador
- Lei nº 9.613/1998, Lavagem de Capitais.
- Lei nº 9.809/1999, Proteção a Testemunhas.
- Lei Complementar nº 105/2001, Sigilo Bancário.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

- Lei nº 10.741/2003, Estatuto do Idoso.
- Lei nº 10.826/2003, Estatuto do Desarmamento.
- Lei nº 11.105/2005, Organismos Geneticamente Modificados (OGM)
- Lei nº 11.340/2006, Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
- Lei nº 11.343/2006, Lei de Drogas
- Lei nº 12.037/2009, Identificação Criminal.
- Lei nº 12.288/2010, Estatuto da Igualdade Racial.
- Lei nº 12.694/2012, Julgamento Colegiado em Crimes de Organização Criminosa.
- Lei nº 12.830/2013, Investigação Criminal pelo Delegado de Polícia.
- Lei nº 12.850/2013, Organização Criminosa.
- Lei nº 12.965/2014, Marco Civil da Internet.
- Lei nº 12.984/2014, Discriminação HIV/AIDS
- Lei nº 13.146/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- Lei nº 13.257/2016, Primeira Infância.
- Lei nº 13.260/2016, Terrorismo.
- Lei nº 13.344/2016, Tráfico de Pessoas.
- Lei nº 13.431/2017, Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha.
- Lei nº 13.869/2019, Abuso de Autoridade.
- Lei nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações.
- Lei nº 14.344/2022, Lei Henry Borel.
- Lei nº 14.597/2023, Lei Geral do Esporte.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

Conteúdo Programático

Direito Processual Penal

- Direitos e garantias constitucionais aplicáveis ao processo penal.
- Pacto de San José da Costa Rica.
- Norma processual penal, conceito, fontes, características, imunidades, eficácia, interpretação e analogia.
- Sistemas processuais penais.
- Lei de Introdução ao Código de Processo Penal.
- Princípios processuais penais.
- Aplicação do direito processual penal no tempo, no espaço e com relação às pessoas.
- Inquérito policial, elementos informativos e sua validade, natureza, conceito, funções essenciais e acidentais, características, fundamento e titularidade.
- Teorias do inquérito, função preparatória, filtro e reparadora.
- Formas de comunicação, início do inquérito policial e formas de instauração.
- Diligências investigatórias, grau de cognição, valor probatório e indiciamento.
- Atuação do advogado e garantias do investigado. Irregularidades, nulidades, sigilos e prazos.
- Trancamento, destino, arquivamento e requisição de diligências.
- Termo Circunstanciado de Ocorrência.
- Investigação criminal por outras partes,
- Ministério Público e vítima.
- Controle externo da atividade policial pelo Ministério Público.
- Ação penal.
- Acordo de não persecução penal.
- Sujeitos do processo, juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, auxiliares da justiça, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições. Jurisdição e competência.
- Provas, conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. Princípios gerais da prova, procedimento probatório e ônus da prova.
- Provas nominadas e inominadas, meios de obtenção, busca e apreensão.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

- Licitude e ilicitude.
- Preservação de local de crime.
- Perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos e indícios.
- Meios processuais e operacionais de combate ao crime organizado, aos crimes de colarinho branco e aos crimes de lavagem de dinheiro.
- Agentes infiltrados tradicional e virtual.
- Prova virtual.
- Sigilos bancário, fiscal e telefônico.
- Interceptações telefônicas.
- Quebra de sigilo telemático.
- Investigado e réu colaborador.
- Proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.
- Cadeia de custódia e cadeia de custódia virtual.
- Prisão, medidas cautelares pessoais e reais e liberdade provisória.
- Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento.
- Prisões em flagrante, preventiva e temporária.
- Prisão especial.
- Princípio da necessidade.
- Fiança. Uso de algemas.
- Juiz das garantias.
- Audiência de custódia.
- Processos em espécie, juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da justiça.
- Citação, intimação e interdição de direito.
- O acusado.
- A vítima.
- Assistente de acusação.
- Processo comum, ordinário, sumário e sumaríssimo.
- Processos especiais previstos no Código de Processo Penal e na legislação extravagante.
- Procedimento do Tribunal do Júri.
- Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Invalidades processuais, irregularidades, nulidades, inexistência e inadmissibilidade.
- Sentença, coisa julgada, habeas corpus e mandado de segurança em matéria criminal.
- Questões e processos incidentes, prejudiciais e exceções, suspeição e impedimento, incidente de insanidade mental.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

Conteúdo Programático

Direitos Humanos

- Teoria geral dos direitos humanos: conceito, terminologia, estrutura, terminologia, classificação e características dos Direitos Humanos, hermenêutica jurídica, democracia, cidadania e Direitos Humanos.
- Afirmação histórica dos direitos humanos.
- Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos.
- Direitos humanos e responsabilidade do Estado.
- Estrutura normativa do sistema global e do sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos.
- Sistema Internacional de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos (incluindo Sistemas Regionais e Sistema Interamericano).
- Direitos humanos na Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de Direitos Humanos.
- Incorporação.
- Conflitos.
- Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução nº 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948). Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991). Lei nº 12.847/2013 – institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública (Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010).
- Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (adotado pelo 8º Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, em Havana, Cuba, de 27 de agosto a 07 de setembro de 1990). Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014 - Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024 - Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

- Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública (Portaria Interministerial nº 2, de 15 de dezembro de 2010).
- Lei nº 13.819/2019 e Lei nº 14.531/2023. Tratamento nominal, inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual (Decreto nº 48.118, de 27 de junho de 2011).
- A Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Estado do Rio Grande do Sul (Decreto nº 49.122, de 17 de maio de 2012).
- Lei Estadual 13.694, de 19 de janeiro de 2011.
- Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010.
- Lei Estadual nº 13.320, de 21 de dezembro de 2009. Lei nº 14.532/2023.
- Lei nº 14.382/2022.
- Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade Para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok).
- Regras de Mandela (Tratamento dos Presos).
- Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, China, 1995).
- Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional.
- Política Nacional de Direitos Humanos.
- Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 (Decreto n. 7.037/2009).
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Segurança Pública e Direitos Humanos.
- Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças.
- Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (Resolução ONU n. 34/169/1979).
- Pessoas e populações em situação de vulnerabilidade e sujeitos de direitos historicamente discriminados: diversidades: história, preconceito, discriminação, racismo, LGBTIfobia, desigualdades estruturais, igualdade material, ações afirmativas.
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979).
- Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.
- Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (Guatemala, 2013).
- Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.
- Convenção 169 da OIT.
- Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

Conteúdo Programático

Direito Civil

- Das normas gerais do direito brasileiro.
- Interpretação da norma jurídica.
- Direito subjetivo e potestativo.
- Direitos imprescritíveis.
- Lesão de direito.
- Relação jurídica.
- Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.
- Das pessoas.
- Pessoa Natural.
- Da personalidade e da capacidade.
- Dos direitos da personalidade.
- Da ausência.
- Da curadoria dos bens do ausente.
- Da sucessão provisória.
- Da sucessão definitiva.
- Pessoa jurídica.
- Disposições gerais.
- Das associações.
- Das fundações.
- Do domicílio.
- Domicílio da pessoa natural.
- Domicílio da pessoa jurídica.
- Domicílio do incapaz, do servidor público, do militar, do marítimo e do preso.
- Dos bens.
- Bens considerados em si mesmo.
- Móveis e imóveis.
- Fungíveis e consumíveis.
- Divisíveis.
- Singulares e coletivos.
- Bens reciprocamente considerados



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

- Principais e acessórios.
- Benfeitorias e sua classificação.
- Bens públicos.
- Distinção dos particulares.
- Classificação.
- Dos fatos jurídicos.
- Negócio jurídico.
- Disposições gerais.
- Requisitos de validade, forma, modo de interpretação e boa-fé.
- Representação.
- Condição, termo e encargo.
- Defeitos.
- Erro substancial.
- Dolo.
- Coação.
- Estado de perigo.
- Lesão.
- Fraude contra credores.
- Características e consequências.
- Invalidade do negócio jurídico.
- Negócio nulo.
- Condições de nulidade.
- Simulação.
- Negócio anulável.
- Condições de anulabilidade.
- Convalidação.
- Requisitos.
- Decadência.
- Prazo.
- Prova dos fatos jurídicos.
- Dos atos jurídicos lícitos e dos atos ilícitos.
- Requisitos de configuração do ato ilícito.
- Excludentes do ato ilícito.
- Da prescrição e da decadência.
- Conceitos.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

- Tratamento dispensado pelo atual Código Civil.
- Disposições gerais da prescrição e da decadência.
- Suspensão e Interrupção.
- Prazos.
- Das obrigações.
- Modalidades.
- Obrigações de dar.
- Obrigações de fazer e não fazer.
- Obrigações alternativas, divisíveis e indivisíveis.
- Obrigações solidárias.
- Solidariedade ativa e passiva.
- Transmissão das obrigações.
- Adimplemento, inadimplemento e extinção das obrigações.
- Dos contratos em geral.
- Normas gerais.
- Tendências atuais do Direito Contratual.
- Autonomia da vontade.
- Intervenção do Estado.
- Função social do contrato.
- Formação dos contratos, estipulação em favor de terceiro, promessa de fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, contrato preliminar, contrato com pessoa a declarar.
- Teoria da boa-fé objetiva.
- Extinção do contrato.
- Distrato.
- Cláusula resolutiva.
- Exceção do contrato não cumprido.
- Resolução por onerosidade excessiva.
- Dos contratos em espécie.
- Compra e venda.
- Cláusulas especiais à compra e venda.
- Compromisso de compra e venda.
- Direitos do promitente comprador.
- Permuta.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

- Doação.
- Locação de coisas móveis e imóveis.
- Comodato e mútuo.
- Mandato.
- Transação e compromisso.
- Atos unilaterais.
- Promessa de recompensa.
- Gestão de negócios.
- Pagamento indevido.
- Enriquecimento sem causa.
- Da responsabilidade civil.
- Obrigação de indenizar.
- Elementos essenciais à responsabilidade civil.
- Responsabilidade sem culpa e atividades perigosas.
- Responsabilidade civil por ato ou fato de terceiro.
- Indenização.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

Conteúdo Programático

Criminologia

- Conceito.
- Métodos: empirismo e interdisciplinaridade.
- Objetos da criminologia: delito, criminalidade, criminoso, vítima, controle social e reação social.
- Funções da criminologia.
- Classificação e finalidade da criminologia.
- Relações entre criminologia, política criminal e direito penal.
- Modelos teóricos da criminologia.
- Escolas criminológicas ou discursos criminológicos.
- Teorias sociológicas (teorias do consenso e teorias do conflito).
- Prevenção da infração penal no Estado democrático de direito.
- Prevenção primária.
- Prevenção secundária.
- Prevenção terciária.
- Modelos de reação ao crime.
- Criminologia Cultural.
- Criminologia clínica.
- Criminologia Feminista.
- Criminologia Queer.
- Estigmatização das vítimas: síndromes de Estocolmo, de Londres, da mulher de Potifar, Fenômeno de Escotoma, vitimologia e violência doméstica.
- Bullying e Cyberbullying.
- Assédio moral.
- Stalking e Cyberstalking.
- Criminalidade de massa e criminalidade organizada.
- Discursos punitivos.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

- Tolerância zero.
- Direito penal do inimigo.
- Punitivismo e populismo penal.
- Política criminal atuarial.
- Abolicionismo, direito penal mínimo e Justiça Restaurativa.
- Cifra Negra, Dourada, Cinza, Amarela, Verde, Filtros propostos.
- Processos de criminalização: primária, secundária e terciária.
- Criminologia racial: racismo estrutural e seletividade penal.
- Mídia e criminalidade: novas mídias e novas tecnologias.
- Sistema de Justiça Criminal: Polícia, Ministério Público e Poder Judiciário, Segurança Pública, Criminologia e o papel da Polícia Judiciária, Criminologia da intervenção policial.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

Conteúdo Programático

Medicina Legal

- Introdução à medicina legal: conceito, importância, divisões, perícias e peritos, documentos médico-legais, elaboração do laudo pericial.
- Quesitos oficiais.
- Perícias médicas.
- Ética médica e pericial.
- Legislação sobre perícias médico-legais.
- Traumatologia Forense: agentes mecânicos (perfurantes, cortantes, contundentes, perfurocortantes, cortocontundentes e perfurocontundentes); agentes físicos (calor, frio, eletricidade, pressão atmosférica, radiação); agentes químicos - toxicologia forense: cáusticos, envenenamento, tolerância e dependência.
- Toxicofilias.
- Asfisiologia forense: conceito e classificação das asfixias, asfixias por constrição do pescoço, asfixias por alteração do estado físico ambiental, asfixias por sufocação.
- Lesões corporais sob o ponto de vista jurídico.
- Energias de Ordem Mecânica, Química, Física, Físico-Química, Biodinâmica e Mistas.
- Tipificação detalhada das asfixias: gases irrespiráveis, monóxido de carbono, sufocação direta/indireta, afogamento, enforcamento, estrangulamento, esganadura, soterramento e confinamento.
- Sexologia Forense: himeneologia, exclusão médico-legal da paternidade, sexualidade anômala e criminosa, obstetrícia forense (fecundação, anticoncepção, gravidez, parto e puerpério, abortamento, infanticídio).
- Crimes contra a dignidade sexual e provas periciais.
- Reprodução assistida.
- Transtornos da sexualidade e da identidade sexual.
- Embriaguez: exame clínico, fases da embriaguez, tipos de embriaguez e aspectos médico-legais.
- Tanatologia: conceitos de morte, cronotanatognose, causas jurídicas da morte (suicídio, crime, morte acidental, diagnóstico comparativo), morte súbita, fenômenos cadavéricos, lesões pré-morte e pós-morte.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

- Necropsia, necropsopia.
- Exumação.
- "Causa mortis".
- Direitos sobre o cadáver.
- Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 2.132/2015.
- Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1.779/2005.
- Antropologia Médico-Legal: Identidade e identificação.
- Identificação judiciária. Identificação genética.
- Psicologia e Psicopatologia Médico-Legal: Imputabilidade penal e capacidade civil.
- Limite e modificadores da responsabilidade penal e capacidade civil.
- Repercussões médico-legais dos distúrbios psíquicos.
- Simulação, dissimulação e supersimulação.
- Lei sobre Transplante e Doação de Órgãos (Lei n. 9.434/1997).



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

Conteúdo Programático

Língua Portuguesa

- Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos, subentendidos e efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias, e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch. Linguagem e comunicação: situação comunicativa e variação linguística.
- Gêneros e tipos textuais, e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi.
- Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch. Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.
- Ortografia: emprego de letras, hífen e acentuação gráfica pelo sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto 6.583/2012) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete. Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.
- Fonologia: relações entre fonemas e grafias, e relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.
- Morfologia: classes de palavras e suas flexões, significados e empregos, estrutura e formação de palavras, e vozes verbais e sua conversão nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

- Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla, sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra, e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.
- Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos.
- Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

Conteúdo Programático

Noções de Tecnologia aplicáveis à Investigação Criminal

- Crimes Cibernéticos.
- Conceito e classificação: crimes cibernéticos próprios e impróprios.
- Tipologias comuns: invasão de dispositivo informático, fraudes eletrônicas (phishing, engenharia social, estelionato digital), pornografia infantil na internet, crimes contra a honra em ambiente virtual, crimes envolvendo redes sociais, aplicativos de mensagens e e-mails e ataques de ransomware, botnets, DDoS.
- Fundamentos de Internet e Conectividade.
- Conceitos de web: Web superficial, Deep Web e Dark Web.
- Deep Web e Dark Web: conceitos e distinções; conteúdo navegável e não indexado; ferramentas de navegação anônima (Tor, I2P); técnicas de rastreo e desafios na identificação de usuários.
- Identificação de usuários na internet: endereço IP – conceito, dinâmico e estático; CGNAT (Carrier-Grade NAT) – funcionamento e dificuldades investigativas; portas lógicas – mapeamento e análise de tráfego; redes P2P (peer-to-peer) – compartilhamento de dados e desafios de rastreabilidade; Sistema de Nomes de Domínio (DNS) – funcionamento, coleta de logs e spoofing; VPN (Virtual Private Network) – camadas de proteção e anonimato; proxies, servidores de salto e técnicas de encobrimento digital.
- Investigação de Evidências Digitais.
- Ciclo da prova digital: identificação, preservação, coleta, análise e apresentação. Hash (MD5, SHA-256) – conceito, importância da integridade e cadeia de custódia digital. Logs de acesso – coleta e análise de registros de servidores, dispositivos e aplicações.
- Extração de dados de dispositivos móveis e computadores (métodos lógicos e físicos). Análise de metadados (arquivos, fotos, vídeos).
- Coleta de dados em nuvem – desafios legais e técnicos.
- Investigação em redes sociais, mensageria instantânea e plataformas de vídeo.
- Ferramentas e técnicas OSINT (Open Source Intelligence).
- Tecnologia Forense Aplicada.



PC RS| Delegado de Polícia Civil



Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

- Noções de computação forense.
- Softwares forenses (Autopsy, FTK, Cellebrite, Magnet AXIOM, etc.).
- Cadeia de custódia da evidência digital.
- Preservação de ambientes virtuais (discos, máquinas virtuais, containers).
- Criptografia – conceito, tipos (simétrica, assimétrica) e implicações para a investigação.
- Blockchain e criptomoedas – rastreabilidade, endereços públicos, exchanges, mixers.
- Inteligência Artificial e Investigações.
- Uso de algoritmos e IA na triagem de grandes volumes de dados.
- Reconhecimento facial, de voz e padrões comportamentais.
- Riscos e limitações legais da IA aplicada à persecução penal.
- Ferramentas de monitoramento automatizado de atividades suspeitas online.
- Legislação e Aspectos Jurídicos.
- Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) – princípios, garantias e deveres.
- Lei Carolina Dieckmann (Lei 12.737/2012).
- Lei de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/2018).
- Convenção de Budapeste sobre crimes cibernéticos.
- Cooperação internacional e ordens de produção (cloud data e big techs).
- Jurisprudência relevante sobre prova digital e investigação cibernética.
- Aspectos Tecnológicos das Interceptações Telefônicas e Telemáticas.
- Conceitos básicos e fundamentos técnicos.
- Infraestrutura técnica envolvida.
- Interceptação de dados telemáticos.
- Aplicativos de comunicação e criptografia.
- Legalidade, cadeia de custódia e prova derivada.
- Tendências tecnológicas e desafios futuros.



Feito por especialistas

Nossos professores são referência no mundo jurídico e especializados em suas respectivas áreas.



Cursos preparatórios
para OAB 1ª e 2ª Fase



Cursos de
Pós-Graduação



Cursos preparatórios
para Concursos Públicos



Cursos de
Prática Jurídica